

- Ensaio Teórico -

O olhar de mulheres camponesas sobre soberania e segurança alimentar e nutricional

The look of peasant women on sovereignty and food and nutrition security

GALLINA, L.S.¹; TEO, C.R.P.A.²; BUSATO, M.A.³; MILAN, C.⁴; SZINWELSKI, N.K.⁵

¹Docente do curso de Nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. luciara@unochapeco.edu.br; ²Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. carlateo@unochapeco.edu.br; ³Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. assunta@unochapeco.edu.br; ⁴Nutricionista pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. cristianemilan@unochapeco.edu.br; ⁵Docente do curso de Nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. nadiaks@unochapeco.edu.br

RESUMO: Este trabalho objetiva verificar o conhecimento das participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina sobre soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, assim como identificar as mudanças ocorridas na vida destas a partir da produção diversificada de alimentos saudáveis. Trata-se de um estudo transversal qualitativo e descritivo. Foram entrevistadas mulheres membros da direção estadual do MMC (n=10). Os resultados oriundos das entrevistas demonstram conhecimento por parte das entrevistadas sobre soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. As dificuldades encontradas por eles para a produção são a falta de incentivos governamentais e a falta de e a divulgação dos produtos. Como potencialidades, a produção de alimentos orgânicos gera qualidade de vida. Em relação às mudanças ocorridas em suas vidas, elas relatam autonomia e liberdade de escolha na plantação, melhoria financeira e abundância de alimentos saudáveis. Pode-se concluir que o grupo estudado tem clareza no entendimento da soberania alimentar embora tenham uma percepção um pouco limitada sobre o que é a segurança alimentar e nutricional.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres camponesas. Segurança alimentar e nutricional. Soberania alimentar.

ABSTRACT: This study aims to verify the knowledge of participants in the Peasant Women's Movement (MMC) in Santa Catarina on sovereignty and security of food and nutrition, as well as identifying the changes that occurred in their lives from the diversified production of healthy food. It is a qualitative and descriptive cross-sectional study. State directors members of the MMC were interviewed (n = 10). The results from the interviews demonstrated knowledge of the interviewees about sovereignty and security of food and nutrition. The difficulties found by them for the production is the lack of government incentives and the lack of appreciation for marketing. As potentialities, the production of organic and diverse foods generates quality of life. Regarding the changes that occurred in their lives, they report the autonomy and freedom of choice in planting, financial improvement, and plenty of healthy foods. It can be concluded that the study group has clear understanding of food sovereignty. Although, they bring a perception somewhat limited about what food and nutrition security is.

KEYWORDS: Peasant women. Food and nutrition security. Food sovereignty.

Introdução

O princípio da soberania alimentar sustenta o direito dos povos de definirem suas estratégias de produção e o consumo dos alimentos de que necessitam, contribuindo para a valorização da produção própria de alimentos e durante muito tempo foi sinônimo de autossuficiência produtiva nacional, com forte ênfase nas dimensões agrícola e rural (TADDEI, 2011).

Em oposição aos interesses do mercado externo, a soberania alimentar tornou-se um conceito elementar para articular a luta dos povos em defesa da alimentação, como um bem e um valor cultural. Nesse contexto é que as mulheres trabalhadoras do campo exercem um papel decisivo, uma vez que cabe a elas, principalmente, a provisão da casa e as lidas associadas à produção diversificada dos alimentos que vão à mesa da família (GOMES JR. e ANDRADE, 2013).

Segundo Chonchol (2005), dadas as mudanças na estrutura do mercado, se está produzindo uma forte tendência à concentração e internacionalização da produção, com o conseqüente desaparecimento da soberania alimentar.

A soberania alimentar como projeto defende, justamente, que os povos e as comunidades possam arbitrar seus modelos produtivos, suas formas de comércio e o seu consumo. Reconhece e respeita a variedade de racionalidades que permeiam as diferentes culturas e modos de vida, bem como a utilização dos proventos da ciência e da tecnologia a seu favor no melhoramento de sementes e controle de pragas, na produção de técnicas de aproveitamento alimentar, na capacitação técnica, entre outros benefícios (GOMES JR. e ANDRADE, 2013).

Para Rosset (2004), a soberania alimentar trata a perspectiva do direito de populações, principalmente, daquelas que tiram da relação com a terra o seu sustento, de assegurarem o seu consumo com base na sua produção.

A soberania alimentar está ligada às relações econômicas e comerciais que regulam a produção de alimentos e, portanto, quando ocorre a desregulação dos sistemas alimentares, muitos eventos adversos ocorrem, comprometendo a segurança alimentar e nutricional da população (CONTI, 2009).

Neste sentido, a segurança alimentar e nutricional, que incorpora os princípios do direito humano à alimentação adequada (DHAA), enfatizando a qualidade, a quantidade e a regularidade do acesso aos alimentos produzidos de forma sustentável e permanente, será estabelecida quando a soberania

alimentar for efetivada.

Diante do exposto, este estudo teve por objetivo identificar o conhecimento sobre soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional na perspectiva das participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina, assim como identificar as mudanças ocorridas na vida das participantes a partir da produção diversificada de alimentos saudáveis.

Materiais e Métodos

Este estudo é do tipo transversal com abordagem qualitativa e descritiva. Utilizou-se um processo de amostragem intencional, por meio do qual, segundo Minayo (2013), se incluem os sujeitos considerados essenciais ao esclarecimento do assunto e que detenham as informações e as experiências que a pesquisa deseja conhecer. Desta forma, os sujeitos desta pesquisa foram 10 (dez) mulheres membros da direção estadual do MMC que estavam presentes nos encontros da diretoria durante o período da pesquisa. A coleta de dados se deu no período de agosto a novembro de 2014. Para a efetivação deste estudo foi utilizado um questionário de identificação, posteriormente foi realizada uma entrevista semiestruturada composta de roteiro prévio com perguntas norteadoras sobre as temáticas: soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e produção de alimentos saudáveis. Optou-se por esta técnica por permitir obter informações sobre um determinado tema contidas na fala dos atores sociais envolvidos. Segundo Bauer e Gaskell (2008), a entrevista não é um processo de informação de mão única, ao contrário, há uma interação entre entrevistado e entrevistador, possibilitando a troca de ideias e significados.

Os dados coletados foram analisados e a partir das falas contidas nas entrevistas procurou-se uma proximidade semântica nos textos, formando categorias, buscando identificar a compreensão pelas entrevistadas acerca da temática estudada.

Atendendo aos requisitos fundamentais da Resolução 466/12/CNS e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS, este estudo teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP), da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), sob o número 165/14.

Resultados e Discussão

Participaram do estudo dez camponesas, mulheres, entre 25 e 66 anos, participantes do MMC do estado de Santa Catarina. As informações sobre idade,

escolaridade e estado civil estão apresentadas na Tabela 01.

Os depoimentos das entrevistadas foram agrupados de forma a atender às questões propostas no objetivo deste estudo. Diante disso, quando a questão referia-se ao conhecimento sobre soberania alimentar, utilizou-se como referência o conceito adotado no Brasil por ocasião do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que ocorreu em Cuba no ano de 2001, definindo soberania alimentar como:

“[...] direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]” (MALUF, 2007, p. 13).

Para esta questão, evidenciaram-se, de forma unânime, duas categorias: Autonomia e acesso à terra e políticas públicas e a categoria de resposta que remete soberania alimentar à autonomia. Autonomia para escolher o quê e como plantar, conforme fica evidenciado nas falas a seguir:

Ser soberano também é ser autônomo. Ter o acesso a plantar, saber como plantar e escolher como quer plantar [...] (Camponesa 05).

Envolve várias questões, ter autonomia, ter o suficiente, não só para o momento, ter o alimento de

forma planejada, a curto médio e longo prazo, pra toda a população [...] (Camponesa 04).

É quando as pessoas têm o poder e o direito de decidir sobre aquilo que vão produzir e vão comer, não ter dependência na alimentação [...] (Camponesa 07).

Pensar a soberania alimentar não é só pensar nas pessoas ter acesso ao alimento, mas como que esse alimento também vai ser produzido, de que forma ele vai ser produzido [...] (Camponesa 03).

De acordo com Ziembowicz et al. (2007), a discussão sobre o plantio de sementes crioulas no contexto da soberania alimentar se mostra presente neste estudo, evidenciando a valorização dessa. Embora estas sementes sejam o alicerce da agricultura familiar, elas estão desaparecendo e repercutindo na condição de fome em um espaço tradicionalmente de fartura de alimentos e sementes. Existem muitos determinantes para esta questão, mas o fato é de que existe uma correlação entre a perda das sementes e o aumento da pobreza e da fome.

De maneira geral, as estratégias locais de resgate e conservação de sementes têm sido excluídas das políticas públicas, as quais valorizam mais a produção para o mercado do que as estratégias de segurança alimentar e reprodução da agricultura familiar (ZIEMBOWICZ et al., 2007).

O uso de sementes crioulas, nos termos da Agroecologia, é uma forma de se relacionar com a natureza e com o outro, é o resgate da agricultura e do agricultor como protagonistas do processo produtivo e dos consumidores como parceiros deste processo, e

Tabela 1. Perfil de mulheres camponesas do oeste de Santa Catarina, participantes deste estudo, 2014.

Variável	N
Idade	
Até 30 anos	02
De 31 a 50 anos	02
De 51 a 70 anos	06
Escolaridade	
Ensino Fundamental	01
Ensino Médio	04
Graduação	04
Pós-graduação	01
Estado civil	
Casada	08
Solteira	02

não apenas uma forma de produção sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos (ALTIERI, 2010).

A soberania alimentar defende, justamente, que os povos e as comunidades possam definir seu modelo de produção, suas formas de comércio e o seu consumo. Reconhecendo e respeitando a variedade de culturas e modos de vida, bem como a utilização da ciência e da tecnologia a favor do melhoramento de sementes e controle de pragas, produzem-se técnicas de aproveitamento de alimentos, na capacitação técnica, entre outros benefícios (GOMES JR. e ANDRADE, 2013).

A outra categoria evidenciada é o acesso à terra e às políticas públicas, como demonstram algumas falas a seguir transcritas:

Não tem como pensar a soberania alimentar sem pensar nesse bem fundamental que é a terra, como você vai produzir alimento sem ter o essencial necessário para fazer essa produção [...] (Camponesa 03).

Está ligada a um contexto maior... do acesso à terra, de políticas de incentivo à produção saudável [...] (Camponesa 06).

Então, acho que tinha que haver uma política de sustentabilidade para que haja alimento suficiente para o povo para garantir a soberania alimentar [...] (Camponesa 02).

De acordo com Belik (2003), desde os tempos coloniais, no Brasil há uma preocupação por parte dos governantes com a alimentação da população. Essa preocupação transformou-se em políticas públicas a partir do século XX. As políticas implementadas abrangem diversos itens, como a política agrícola, os sistemas de abastecimento, o controle de preços, a distribuição de alimentos, etc.

Conforme Gaspareto (2009), para que a produção agroecológica se mantenha, além de organizar a unidade de produção para fazer Agroecologia, é preciso considerar a distância do consumidor e a necessidade de ter políticas públicas que subsidiem esta modalidade de produção, caso contrário, ela não se manterá.

O acesso à terra sustentado por políticas públicas favoráveis, no ponto de vista destas camponesas, é base primordial para a soberania alimentar, pois assim é possível uma produção diversificada e de forma sustentável e a venda de produtos a um preço justo.

Em relação à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi utilizada como referência o conceito de SAN proposto pelo CONSEA para nortear a análise:

"[...] o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, que não comprometam o acesso a outras necessidades essenciais do indivíduo, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis." (BRASIL, 2010, Art. 3º)

Deste modo, formou-se, a priori, categorias que remetessem às diferentes dimensões que abarcam o conceito de SAN. Evidenciam-se as categorias quantidade, qualidade e acesso.

Neste sentido, a quantidade foi uma categoria bastante citada pelas camponesas, conforme relatado a seguir:

Segurança alimentar é você ter condições alimentares em quantidade suficiente e em qualidade garantida, que este teu alimento não te produza doença, muito pelo contrário, que ele te traga saúde [...] (Camponesa 01).

É ter o alimento suficiente [...] (Camponesa 04).

No sentido de que se tenha garantia de ter comida [...] (Camponesa 06).

A categoria qualidade também mereceu destaque conforme os relatos a seguir:

É ter tranquilidade daquilo que a gente está se alimentando, a questão da qualidade, da segurança para você produzir um alimento saudável é essa certeza de onde está vindo o alimento [...] (Camponesa 09).

Segurança alimentar na minha compreensão ela é quando você tem de fato tudo aquilo que necessita para sua alimentação, para o pleno funcionamento do organismo, é você ter uma alimentação segura [...] também é quando você tem o direito a ter uma alimentação saudável [...]. É a qualidade do alimento que é produzido [...] (Camponesa 10).

A segurança alimentar e nutricional efetiva-se quando ela demonstra a melhoria da qualidade de saúde e de vida do ser humano. Deste modo, é de suma importância que as pessoas tenham acesso à quantidade adequada de alimentos, a fim de fornecer, além da energia, os micronutrientes em quantidade adequada e regular para atender às necessidades nutricionais da população (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996). Uma das faces da insegurança alimentar, que não está atrelada à restrição alimentar, é

é o consumo inadequado de alimentos em termos de variedade e qualidade nutricional (composição) dos alimentos. Contudo, não negligencia a qualidade sanitária dos alimentos, tendo em vista as consequências deste descuido, danosas à saúde.

O acesso também foi uma categoria que apareceu de forma explícita:

[...] todas as pessoas ter acesso ao alimento, que esse alimento seja garantido na mesa [...] garantir o acesso do alimento para quem vive numa condição de insegurança alimentar [...] (Camponesa 03).

O marco legal que garante o acesso à alimentação adequada já existe e é garantido pela Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 2010). Neste sentido, o conceito de SAN passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos – e de forma permanente – a quantidades suficientes de alimentos.

De acordo com Belik (2003), o conceito de segurança alimentar surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial, e esse tem presente três critérios fundamentais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos.

Belik (2003) destaca o fato de se utilizar o termo acesso aos alimentos, o que é muito diferente da disponibilidade deste acesso. Os alimentos podem estar disponíveis, o que de fato é comprovado pelas estatísticas da FAO nos últimos anos, mas as populações pobres não têm acesso a eles, seja por problemas de renda, seja por conflitos internos, ação de monopólios ou por desvios.

Para Santiago (2014), segurança alimentar está fortemente ligada ao acesso das pessoas aos alimentos, sem levar em consideração a forma como estes alimentos são obtidos, de onde eles vêm e qual seu nível de inocuidade.

Quanto à qualidade dos alimentos, respeita-se também a possibilidade das populações em consumi-los de forma digna, ou seja, permitir que as pessoas possam comer em um ambiente limpo e higiênico. Outro aspecto importante diz respeito à qualidade dos alimentos consumidos, pois, para Belik (2003), é evidente que a qualidade dos alimentos está ligada também à possibilidade de consumi-los de forma digna. A alimentação disponível para o consumo da população não pode estar submetida a qualquer tipo de contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos.

Neste contexto, essa é uma discussão complexa

porque não se refere somente ao problema da fome, que sem dúvida preocupa, mas também à qualidade dos alimentos em um momento em que, além do consumo exagerado de produtos industrializados, enlatados, refrigerantes, entre outros, tem-se ainda o alto índice de agrotóxicos e outros insumos utilizados, sem o devido acompanhamento, na produção de alimentos (BONI, 2012).

Algumas vezes, como destaca Brasil (2014), é necessário que as pessoas reflitam sobre a importância que a alimentação tem ou pode ter para suas vidas e concedam maior valor ao processo de adquirir, preparar e consumir alimentos. Mas, em outras vezes, a situação exigirá políticas públicas e ações regulatórias de Estado que tornem o ambiente mais propício para a adoção das recomendações. Assim como estabelece a constituição brasileira, é dever do Estado garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável e, com ele, a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

O último elemento referente à definição de segurança alimentar diz respeito à regularidade. Conforme Pessanha (2002), isso quer dizer que as pessoas precisam ter acesso constante à alimentação. Portanto, não se considera isenta de risco uma população que tenha acesso restrito aos alimentos, como aqueles que recebem, esporadicamente, o benefício das cestas básicas.

As demais dimensões da SAN não foram citadas pelas entrevistadas, podendo-se considerar um não dito importante, uma vez que a diversidade cultural e a sustentabilidade incorporam-se, atualmente, ao conceito de SAN em uma condição multifacetada, referindo-se aos aspectos ambiental, cultural, econômico e social. A sustentabilidade, para ser efetivada, depende de uma produção de alimentos que atenda às necessidades alimentares da população a curto e longo prazos, isto é, a satisfação das necessidades alimentares nos dias de hoje não pode impedir a disponibilidade de alimentos das futuras gerações (MALUF et al, 1996). Além disso, a produção de alimentos, apesar da globalização, deve estar direcionada para atender e preservar as práticas alimentares, historicamente, estabelecidas nas diferentes regiões, entendendo-se essas práticas como um patrimônio cultural. De acordo com o ponto de vista socioeconômico, o processo produtivo deve assegurar a soberania alimentar dos povos, promovendo a permanência do homem do campo, incentivando o autoconsumo e proporcionando, deste modo, uma condição de vida digna aos consumidores e aos produtores (VALENTE e BURITY, 2003).

A noção de sustentabilidade está diretamente ligada

ao sentido de alimentação adequada e segurança alimentar, o que significa estar o alimento disponível tanto para a geração atual quanto para as futuras gerações. O significado preciso de “adequado” está relacionado, em grande parte, pelas condições sociais, econômicas, culturais, ecológicas, climáticas e outras mais, que predominam, enquanto que a “sustentabilidade” integra a noção de disponibilidade e acessibilidade a longo prazo (BRASIL, 1999).

Jalil (2009) salienta que a soberania alimentar é defendida como um princípio que rege a Segurança Alimentar e Nutricional. O conceito de SAN busca se concretizar a partir de ações e políticas públicas do Estado e da sociedade civil. Porém, deve haver vontade política para que a SAN se concretize num projeto político, social, cultural, econômico de transformação da realidade.

Quando perguntado quais são as potencialidades enfrentadas na produção de alimentos saudáveis e diversificados, as camponesas veem como potencialidade o hábito de produzir seus próprios alimentos para consumo familiar, produzir alimento orgânico, agroecológico, diversificado e saudável que gera qualidade de vida.

Destacam também que a população está tomando consciência da importância do alimento produzido sem agrotóxicos, sem produtos químicos, voltando a se preocupar com a qualidade de vida e com a saúde:

[...] pontos positivos são as experiências agroecológicas que existem, estão despontando, e as famílias na sua unidade de produção poder produzir a sua comida sem agrotóxicos, sem químicos [...] (Camponesa 01).

[...] o projeto de agricultura camponesa, agroecológico, no último período, tanto na academia quanto nos governos, o debate da necessidade da produção diversificada e saudável e da soberania alimentar vem se colocando [...] (Camponesa 04).

[...] de fato se percebe que as pessoas estão primando por uma alimentação saudável, você vai diversificando ela e vai chegando muito mais próximo daquela quantidade e diversidade da alimentação que você precisa para o teu organismo funcionar bem [...] (Camponesa 07).

As camponesas em suas falas destacam também a importância do trabalho que o MMC faz para incentivar a produção de alimentos saudáveis, conforme fica demonstrado nos relatos a seguir:

[...] o movimento incentiva produzir a diversidade, produzir comida primeiro para o autoconsumo familiar e comercializar o excedente [...]” (Camponesa 03).

[...] uma das grandes potencialidades é essa, você se organiza e busca no teu grupo, você produz uma coisa, sua vizinha produz outra, você faz essas trocas [...] (Camponesa 07).

Gaspareto e Collet (2013) afirmam que, a partir do trabalho realizado nas hortas, buscando uma alimentação que seja diversificada e saudável, as camponesas passam a relacionar uma luta mais ampla pela soberania alimentar e também por sustentabilidade ambiental, enfrentando a padronização da alimentação, dos transgênicos, dos agrotóxicos e do monocultivo. À medida que se conscientizam da importância de seu trabalho e da produção diversificada de alimentos saudáveis, conquistam em sua unidade de produção um pedaço de terra adequado para o cultivo, fértil, de fácil acesso, próximo de sua moradia.

O interesse na produção para as camponesas é para, além de garantir uma alimentação diversificada, evitar o gasto de dinheiro com alimentos que podem ser produzidos e no caso de excedente garantir uma renda extra que beneficiará a qualidade de vida das famílias (FERNANDES, 2009).

Como dificuldades, as entrevistadas veem a questão de não ter incentivo do governo, dificuldade de acesso a políticas públicas, que de fato incentivem as mulheres a ter acesso a esse recurso, para conseguir produzir, falta de valorização para comercialização dos produtos e a falta de assistência técnica, bem como não conseguir controlar a contaminação por agrotóxicos nos alimentos. As doenças, a destruição ambiental, a escassez da água e a poluição também são fatores importantes.

De acordo com a pesquisa realizada por Fernandes (2009), há uma expectativa positiva sobre a produção desenvolvida nos quintais, um plantio diversificado em hortas e canteiros, mas a carência de conhecimento e de um acompanhamento técnico representa um obstáculo para as atividades de cultivo.

Em relação às mudanças ocorridas na vida das mulheres pesquisadas a partir da produção diversificada de alimentos saudáveis, elas declaram importantes modificações, especialmente, na forma de pensar, pela valorização do que é produzido no campo, autonomia de plantio e liberdade de escolha, melhora financeira, abundância de alimentos saudáveis, valorização do saber popular e, conseqüentemente, junto com a produção diversificada vem a melhor condição de

saúde, a partir dos hábitos alimentares saudáveis.

Algumas entrevistadas corroboram estas afirmativas, como se demonstra a seguir:

[...] mudou muito, inclusive o paladar, graças a Deus lá em casa estamos todos com saúde, com certeza tem parte na alimentação [...] (Camponesa 02).

Acho que o que mudou foi a forma de pensar, que a gente vai valorizando mais ainda aquilo que é produzido no campo [...] (Camponesa 03).

[...] trouxe a questão do conhecimento, os saberes populares, conhecimento que foi sendo construído e do grande potencial no sentido de produzir sementes, plantas medicinais, alimentos diversificados, a questão que é própria da vida camponesa é a capacidade de produzir e industrializar, essa questão toda que é perdida pelo agronegócio, nós ganhamos muito [...] (Camponesa 04).

A nossa vida melhorou também economicamente, não temos dependência de insumos, de sementes híbridas, o diversificado garante isso [...] (Camponesa 05).

Primeira coisa que mudou com essa produção bem diversificada e com a comercialização foi que se deixou de usar veneno em muitas coisas, e isso gera autonomia, e a segunda foi também a questão da autonomia financeira, principalmente para as mulheres da família [...] (Camponesa 06).

De acordo com Jalil (2009), a produção de alimentos diversificados e saudáveis é uma ação política e um instrumento de luta das mulheres camponesas e que, por essa ação, as camponesas dão materialidade ao projeto político do MMC, que tem a soberania alimentar como princípio norteador.

Além disso, outro ponto importante destacado pelas pesquisadas é o diálogo que se estabeleceu entre a produção destes alimentos e a comercialização. Ou seja, o destino destes alimentos para feiras locais e alimentação escolar possibilita dialogar com a sociedade sobre a importância da alimentação saudável e quais os alimentos que devem ser produzidos.

A gente produz alimento pra consumo da família, para os programas PAA e PNAE e para a feira de produtos orgânicos, então tem esse destino, bem variado, e também temos uma produção bem diversificada, desde verduras, feijão, massas, tudo para esses fins [...] (Camponesa 05).

O destino dessa alimentação que vai para feiras, que é uma coisa que você consegue dialogar com a sociedade sobre a importância da alimentação saudável e tem uma boa saída, uma boa comercialização das pessoas e programas que, por exemplo, vai pra escola é um alimento saudável [...] (Camponesa 08).

Para Gazolla (2004), existem conhecimentos e resultados importantes sobre a produção para autoconsumo, por exemplo, a redução da insegurança alimentar das famílias. Segundo Woortmann e Woortmann (1997), garantir a satisfação alimentar do grupo familiar com a mínima dependência do mercado significa que o pai e a mãe desempenharam com sucesso suas funções, demarcando a identidade do agricultor e de sua família.

Deste modo, a autonomia alimentar por meio da própria produção de alimentos confere uma identidade própria à família perante as demais. Ao produzir para o autoconsumo, as unidades familiares se autorreconhecem e são reconhecidas (GRISA e SCHNEIDER, 2008).

Cinelli e Conte (2013) falam sobre a libertação que se dá através da autonomia, palavra que é muito pronunciada pelas mulheres em atividades de formação. Essa autonomia se dá no âmbito da produção, quando passam a decidir sobre o quê, onde e quanto produzir. A partir do momento em que as camponesas produzem alimentos saudáveis e sementes crioulas, muitas passam a comercializar, em feiras populares ou diretamente a consumidoras, os excedentes da produção, melhorando sua renda.

Considerações Finais

Os resultados deste estudo permitem concluir que o grupo pesquisado possui clareza sobre o que significa soberania alimentar. Reconhecem o importante papel que têm na defesa da soberania alimentar ao priorizarem a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e, culturalmente, apropriados para o mercado interno, embora tragam uma percepção um pouco limitada do que é segurança alimentar e nutricional, considerando com mais ênfase para sua efetivação os aspectos vinculados ao acesso, qualidade e quantidade de alimentos. Porém, ao identificarem aspectos positivos na produção de alimentos saudáveis, as mulheres entrevistadas sustentam a ideia de que a rede de segurança alimentar e nutricional se consolida através da comercialização destes produtos para a alimentação escolar, o que amplia o diálogo entre

produtor/consumidor sobre alimentação saudável.

Também ficou evidenciado que as camponesas acreditam que, quando garantida a soberania alimentar através de políticas favoráveis que privilegiem a produção camponesa, ocorrerá um movimento na economia local, valorização dos saberes construídos ao longo do tempo e preservação dos recursos naturais, contribuindo para segurança alimentar e nutricional da população.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura e soberania alimentar. **Revista NERA**, v.13, n.16, p.22-32, 2010.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. 516p.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.12-20, 2003.
- BONI, V. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BRASIL. **Comentário Geral n. 12. Direito Humano à Alimentação Adequada**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/doc/Direito%20humano%20%C3%A0%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o-Seguran%C3%A7a-alimentar.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- _____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília, DF: CONSEA, 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CINELLI, C.; CONTE, I.I. O Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina e a luta pela transformação sociocultural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos avançados**, v.19, n.55, p.33-48, 2005.
- CONTI, I.L. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. Disponível em: <http://pjf.mg.gov.br/conselhos/seguranca_alimentar/documentos/conceitosbasicos%20SAN.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.
- FERNANDES, I.L.C. A realidade das mulheres rurais na luta pela reforma agrária: ação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.3, p.3-10, 2009.
- GASPARETO, S. A. K. **As jovens do movimento de mulheres camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida**. 2009. 181 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Campina Grande, Campina Grande, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135128.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2016.
- GASPARETO, S.A.K.; COLLET, Z. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina em busca de uma pedagogia camponesa e feminista. **Revista Grifos**, v.34, n.35, p.17-36, 2013.
- GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GOMES, JR.N.N.; ANDRADE, E.R. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos e contextos**, v.12, n.2, p.392-402, 2013.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, v.46, n.2, p.481-515, 2008.
- JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009. 197 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MALUF, R. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MALUF, R. et al. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v.4, p.66-68, 1996.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2013.
- PESSANHA, L. D. R. A experiência brasileira pobreza, segurança alimentar e políticas públicas: contribuição ao debate brasileiro. **Revista Reforma Agrária**, v.31, n.1, p.1-5, 2002.
- ROSSET, P. **Soberanía alimentaria: reclamo mundial del movimiento campesino**, v.9, n.4, 2004. Disponível

em: <www.agroeco.org/social>. Acesso em: 24 out. 2014.

SANTIAGO, A.P. **Soberania alimentar e segurança alimentar**: debates entre dois paradigmas opostos de desenvolvimento rural. Seminário Nacional de Teoria Marxista, 2014. 29p. Disponível em <<http://seminariomarx.com.br/eixo08/Soberania%20Alimentar%20e%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

TADDEI, J. A. de A. C. **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. 640p.

VALENTE, F.L.S.; BURITY, V. Direitos humanos à alimentação, água e terra rural. In: LIMA JR., J. B. (Org.). **Relatório brasileiro sobre direitos humanos, econômicos, sociais e culturais**. Recife: Edições Bagaço, 2003.

ZIEMBOWICZ, J. A. et al. Sementes crioulas: segurança alimentar pela diversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p.1073-1076, 2007.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.